Sábado, 28 de Novembro de 2026

Novo tarifaço dos EUA pode taxar em 25% produtos brasileiros; veja quais

O governo americano anunciou que poderá **taxar importações brasileiras com uma nova tarifa punitiva de 25%**, sob a alegação de que algumas práticas do país são desleais. Se confirmada, a taxação deve entrar em vigor em 15 de julho.

A justificativa para a nova tarifa é uma investigação aberta pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), em julho de 2025, que concluiu que políticas e práticas do Brasil são "irrazoáveis" e "oneram ou restringem" o comércio norte-americano.

O relatório final da investigação prevê, entre as possíveis medidas, a imposição de "tarifas ou outras restrições à importação de produtos brasileiros. Tendo por base essa possibilidade, o representante de comércio dos EUA propôs a aplicação de tarifas de 25% sobre todos os bens do Brasil".

A punição com a taxação extra, no entanto, prevê **algumas exceções para produtos que poderiam causar "disrupções" em toda a economia** caso fossem submetidos a tarifas adicionais; além de "determinados produtos que não podem ser cultivados ou produzidos em quantidades suficientes nos Estados Unidos, nem obtidos de outras fontes".

Dentre as exceções, estão **frutas e nozes, petróleo bruto e derivados, compostos farmacêuticos, produtos químicos orgânicos e fertilizantes**. Também estão isentas a **carne bovina, o café, terras raras, certos metais e minérios, além de aeronaves e peças de aeronaves brasileiras**.

Comércio digital e Pix

A decisão do USTR foi anunciada na noite desta segunda-feira (1º) e tem por base termos da Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, de 1974.

A investigação avaliou práticas nas áreas de **comércio digital e serviços de pagamentos eletrônicos, como o Pix**; concessão de tarifas preferenciais; proteção de propriedade intelectual; combate à corrupção; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal.

O USTR afirma que, nesses pontos, há **prejuízo para empresas e exportações dos EUA**. Como consequência, o governo americano abriu consulta pública sobre possíveis medidas corretivas.

O processo inclui envio de comentários até 1º de julho e audiência pública em 6 de julho, enquanto seguem as negociações com o governo brasileiro. O prazo legal para a eventual adoção da nova tarifa é 15 de julho de 2026.

Segundo o embaixador estadunidense Jamier Greer, a investigação começou a pedido do presidente Donald Trump que alegou preocupações antigas e generalizadas dos EUA com certas políticas e práticas comerciais do Brasil.

diariodonordeste